

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 2022

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS  
DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV

Política de Investimentos	VERSÃO 1	APROVADO 20/12/2021
Elaboração: Comitê de Investimentos	<b>Aprovação:</b> Conselho de Administração	

## 1 INTRODUÇÃO

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, o Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV**, apresenta sua Política de Investimentos para o exercício de 2022, devidamente analisada e aprovada por seu órgão superior de deliberação.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todos os processos de tomada de decisões relativo aos investimentos do Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

## 2 OBJETIVO

A Política de Investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta de rentabilidade, definida a partir do cálculo feita na apuração do valor esperado da rentabilidade futura da carteira de investimentos e assim, garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico, financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução dos processos internos relativas às aplicações e gestão dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: **padrão ético de conduta, solidez patrimonial, histórico e experiência positiva, com reputação considerada ilibada no exercício da atividade de administração e gestão de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco X retorno.**

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a Política de Investimentos estabelecerá o plano de contingência, os parâmetros, as metodologias, os critérios, as modalidades e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo no mínimo aos requisitos da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Os responsáveis pela gestão do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** têm como uma das principais objetividades a contínua busca pela ciência do conhecimento técnico, exercendo suas atividades com boa fé, lealdade e diligência; zelando por elevados padrões éticos.

Entende-se por responsáveis pela gestão dos recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV**, as pessoas que participam do

processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos, bem como os participantes do mercado de títulos e valores mobiliários no que se refere à distribuição, intermediação e administração dos ativos.

### 3 PERFIL DE INVESTIDOR

Trata-se de análise de Perfil do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV**, no âmbito de classificação de investidor, considerando as variáveis:

#### PERFIL DE INVESTIDOR

**Patrimônio Líquido sob gestão (R\$) – 30.200.594,17**

**Certificado de Regularidade Previdenciário – CRP – 25/04/2022**

**Comitê de Investimentos – Sim**

**Adesão ao Pró-Gestão – Não**

**Nível de Aderência ao Pró-Gestão – Não se aplica**

**Vencimento da Certificação – Não se aplica**

**Categoria de Investidor – Comum**

Segundo disposto na Instrução CVM nº 554/2014 e Portaria MPS nº 300 de 03 de julho de 2015 e alterações, fica definido que os Regimes Próprios de Previdência Social classificados como Investidores Qualificados deverão apresentar cumulativamente:

- a) Certificado de Regularidade Previdenciário - CRP vigente na data da realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor;
- b) Possua recursos aplicados comprovados por Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- c) Comprove o efetivo funcionamento do Comitê de Investimentos e
- d) Tenha aderido ao Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão.

Na classificação como Investidor Profissional, fica o RPPS condicionado as mesmas condições cumulativas, sendo o item "d" como sendo: "tenha aderido ao Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão e obtido a certificação institucional no 4º nível de aderência, ou seja, Nível IV de adesão.

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV**, no momento da elaboração e aprovação da Política de Investimentos para o exercício de 2022 está classificado como **Investidor comum**.

### 4 CENÁRIO ECONÔMICO

#### PANORAMA ECONÔMICO OUTUBRO

#### RESUMO GERAL

O mês de outubro foi de relativos ganhos nas bolsas globais, marcado por indicadores econômicos relevantes, mostrando recuperação em relação a pandemia e o avanço da vacinação.

Por aqui, o mercado nacional segue patinando, estando no campo negativo no mês de outubro e no ano de 2021, sendo impactado pelo cenário macroeconômico, englobando o quadro fiscal deteriorado, as questões políticas e a inflação persistente.

Em relação aos dados de inflação, o IPCA relatou alta de 1,16% em setembro de acordo com o IBGE, embora muito elevado, veio abaixo das expectativas do mercado para o mês, com isso o IPCA acumulado em 12 meses, supera os 10%, mas grande parte dos agentes econômicos começam a visualizar uma trajetória mais comportada para o índice.

Ao longo do mês, em fala de Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, explanou o quadro atual do Brasil, que pode ser resumido em desafiador, devido ao cenário fiscal deteriorado e cenário externo menos favorável, acarretando em pressão no câmbio, impactando a inflação, resultando em mais juros e menos crescimento.

Campo Neto também descartou a possibilidade de alteração na meta de inflação para os próximos anos, dizendo que a taxa de juros chegará ao patamar necessário para converter a inflação ao centro da meta em 2022.

Em relação a taxa de câmbio, que ficou próxima a máxima durante o mês, fez com que o Banco Central realizasse leilões extraordinários de swaps cambiais para derrubar o dólar das máximas e trazer ele próximo a R\$ 5,50.

Essa piora no quadro cambial reflete os riscos domésticos e também a piora do fluxo cambial, devido á possível normalização da política monetária norte americana, e o tapering que se aproxima.

O mês foi marcado por alta volatilidade no cenário econômico doméstico, o Ibovespa registrou uma baixa acumulada de 6,74%, sendo o pior resultado mensal de 2021

Esse impacto ocorreu após o ministro de Economia Paulo Guedes admitir a flexibilização do teto de gastos, destinando os recursos do novo programa social do governo, o Auxílio Brasil. Além disso, no decorrer do mês houve rumores por parte da associação dos caminhoneiros estabelecendo uma greve prevista para dia 1º de novembro. Em uma tentativa de acalmar os ânimos da classe, o presidente Bolsonaro propôs o Auxílio Diesel no valor de R\$400,00 que pretende atingir cerca de 750 mil caminhoneiros.

Em paralelo, a PEC dos Precatórios sofreu alteração no período de ajuste do teto de gastos a partir do IPCA. Atualmente, o reajuste ocorre com base na inflação acumulada de julho do ano anterior até junho do ano vigente. Com a proposta o reajuste ocorrerá no ano calendário (janeiro a dezembro), liberando R\$35 bilhões de gastos para o governo.

Tais fatores geram preocupação com o teto de gastos e traz o recado ao mercado de uma irresponsabilidade fiscal por parte do governo.

## **INTERNACIONAL**

Quanto ao mercado global, o mês ainda trouxe em seu radar a preocupação quanto ao quadro fiscal da incorporadora chinesa Evergrande, durante a semana primeira semana do mês, a tensão também ficou voltada para a crise energética da China e seu reflexo na atividade econômica. Já nos Estados Unidos, o principal ponto de atenção continua sendo a redução dos estímulos monetários.

No mercado internacional, a inflação global segue sendo o principal tema, juntamente com a condução da política monetária. Nos Estados Unidos tivemos a divulgação dos dados de trabalho no setor privado (ADP) que veio acima do esperado.

Em reunião do FMI (Fundo Monetário Internacional), o fundo se mostrou alerta em relação a inflação global e minimizou o quadro de estagflação, que pode ser explicado por uma inflação ascendente com crescimento

estagnado.

Com isso o mercado chega ao consenso e reforça o alerta em relação a inflação global, devido aos gargalos da cadeia de produção, a crise energética e o barril de petróleo a US\$ 80, contribuindo ainda mais para esse avanço inflacionário.

Os dados de crescimento da China cresceram um pouco abaixo do esperado pelo mercado registrando 4,9%, tendo em vista a crise energética que o país enfrenta além do agravamento dos problemas de dívida no setor imobiliário. Já nos Estados Unidos, a atenção continua voltada para a redução dos estímulos monetários.

## MERCADO DE RENDA FIXA E VARIÁVEL (INTERNACIONAL)

No mercado internacional de renda fixa, a volatilidade nos preços manteve-se alta mesmo com o FED prometendo manter o juro próximo de zero, e anunciar que assim deverá permanecer por um tempo suficientemente prolongado enquanto a economia doméstica não se consolidar no terreno do crescimento.

Outro ponto é o sentimento de que o Tapering vem por aí, já que Powell reiterou em suas falas que FED está perto de alcançar critérios para iniciar redução de estímulos. O que preocupa ainda é a aceleração da inflação, sendo refletida na alta das Treasuries, em resposta as expectativas dos investidores de que a inflação se desequilibre e se torne uma ameaça direta para a economia americana.

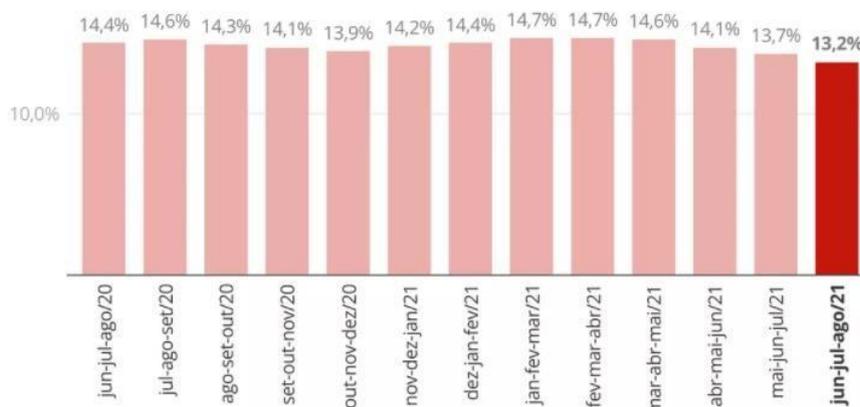
No mês, se tratando de renda variável, o DAX avançou 2,81%, Dow Jones 7,72%, EURO Stoxx 50 5,00%, Nasdaq avançou 7,27%, Nikkei 255 recuou (1,90%) e S&P500 6,91%.

## ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA (NACIONAL)

De acordo com os dados divulgados em outubro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego caiu novamente e agora está em 13,2% no último trimestre analisado, porém a falta de trabalho ainda atinge 13,7 milhões de brasileiros.

### Evolução da taxa de desemprego

Índice no trimestre



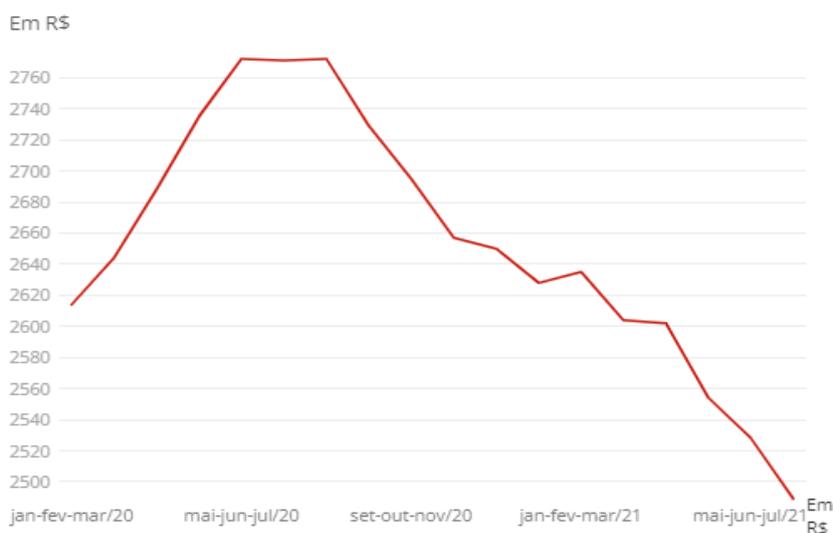
Fonte: IBGE

Apesar da queda do desemprego, a informalidade cresceu e o rendimento real dos brasileiros teve uma queda histórica.

O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.489 no último trimestre encerrado em agosto – o que corresponde a uma redução de 4,3% em 3 meses e de 10,2% em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Esse resultado sinaliza uma corrosão da renda proveniente no trabalho em um ambiente de inflação nas alturas.

Segundo o IBGE, "foram as maiores quedas percentuais da série histórica", iniciada em 2012, em ambas as comparações.

### Rendimento médio real



Com essa queda nos rendimentos, concluímos que, embora haja um maior número de pessoas ocupadas, essa população ocupada está sendo remunerada com rendimentos menores.

## SETOR PÚBLICO

De janeiro a outubro de 2021, o superávit acumulado somou US\$ 58,6 bilhões, segundo dados do Ministério da Economia. O valor é recorde para o período referente aos dez primeiros meses do ano, conforme a série histórica iniciada em 1989.

Em relação ao superávit registrado no mesmo período em 2020, houve aumento de 29,6% na média diária. No ano passado, de janeiro a outubro o superávit havia sido de US\$ 45,2 bilhões. Também nos dez primeiros meses do ano, o volume de exportações e importações em 2021 foi superior ao registrado em 2020.

No acumulado do ano em 2021, as exportações somaram US\$ 235,9 bilhões. Por outro lado, as importações atingiram US\$ 177,3 bilhões. Na média diária, as exportações cresceram 36% em relação a 2020 e as importações, 38,3%.

A projeção do ministério é que o saldo da balança comercial encerre o ano de 2021 por volta dos US\$ 70,9 bilhões.

## INFLAÇÃO

O IPCA, índice oficial de inflação do Brasil, acelerou 1,25% em outubro, sendo a maior alta para o mês desde 2002. O preço da gasolina foi um dos principais responsáveis, com aumento de 3,10% no mês, totalizando 42,72% no período de 12 meses. Já a energia elétrica sofreu com alta de 1,16% e 3,67% do botijão de gás.

Com isso, a inflação acumula alta de 8,24% em 2021 e alta de 10,67% nos últimos 12 meses, dessa maneira, bem acima da meta do Banco Central no começo do ano (3,75% com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual).

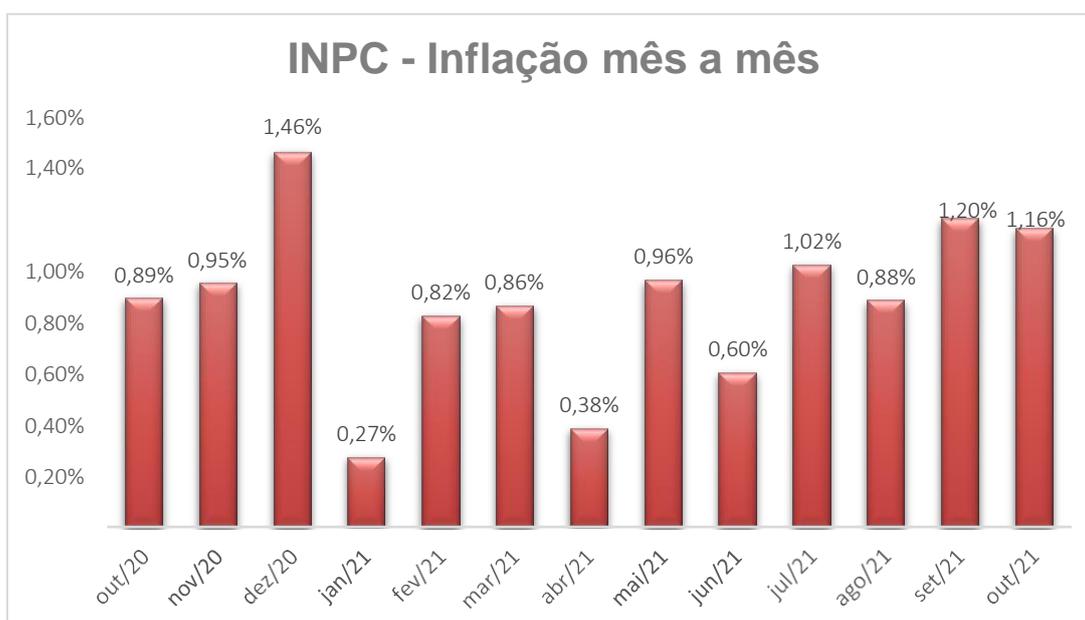
## IPCA - inflação oficial mês a mês

Variação (em %) sobre o mês anterior



Gráfico: Economia/G1 • Fonte: IBGE

O INPC acelerou 1,16% em outubro, apresentando queda em comparação com o mês de agosto. Com o resultado, o índice acumula alta de 8,45% em 2021 e de 11,08% em 12 meses.



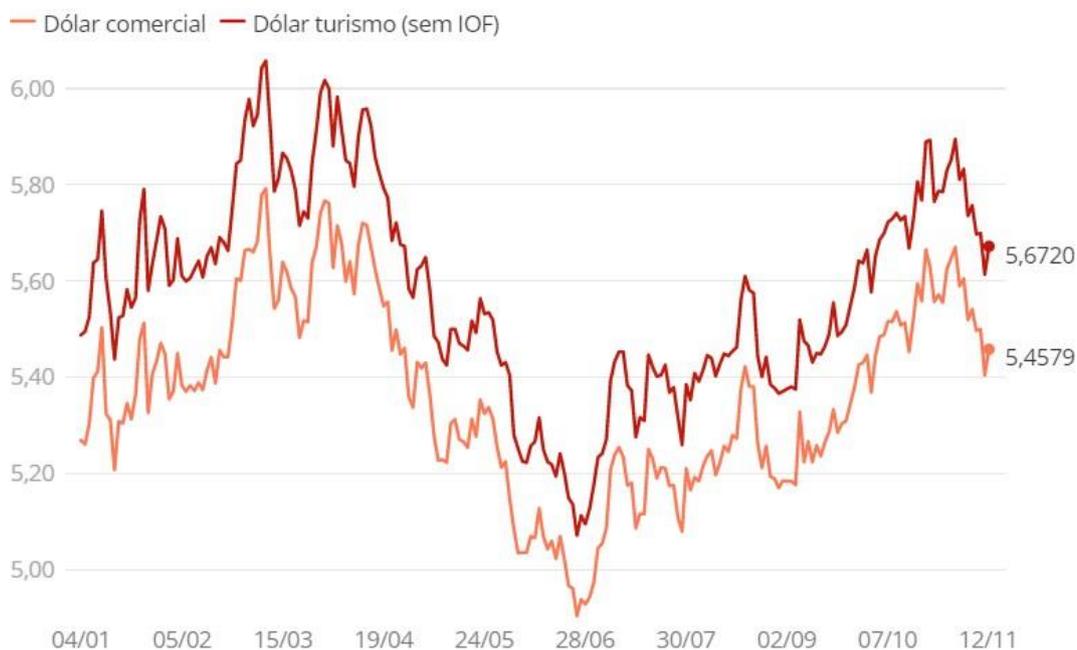
## CÂMBIO E SETOR EXTERNO

O dólar fechou com alta de 3,71% em outubro, com valorização acumulada de 8,82% em 2021 frente ao real. Durante o mês, os fatores para a desvalorização da moeda nacional foram externos e internos. Externamente, o dólar subiu diante as principais moedas do mundo, pois o banco central dos EUA (Fed) está dando sinais de que irá diminuir os compras de títulos mais cedo do que era esperado, o que impacta no aumento das taxas de juros de curto prazo.

O cenário econômico brasileiro está passando por um momento de muitas incertezas ocasionadas pelo aumento da inflação e pelas ameaças dos governantes de derrubar o teto dos gastos. Sendo assim, grande parte dos investidores estrangeiros preferem não se arriscar ao se expor na economia brasileira, o que gera aumento do dólar e queda da bolsa de valores.

## Variação do dólar em 2021

Cotação de fechamento, em R\$



Fonte: Valor PRO

Em outubro, o destaque foi a desvalorização de 1,31% da carteira dos títulos públicos em mercado (IMA- Geral). O anúncio da proposta que altera o teto de gastos se mostrou suficiente para gerar incertezas fiscais e derrubou os preços desses ativos, sobretudo aqueles de longo prazo.

### Títulos públicos longos Rentabilidade mensal (%)



O subíndice IMA-B5+, que reflete o comportamento dos títulos indexados à inflação e com prazo acima de cinco anos, apresentou perda de 3,87% no mês, o que reduziu ainda mais seu rendimento em 2021, que saiu de -6,63% em setembro para -10,25% em outubro. Em direção semelhante, o IRFM1+, que representa os títulos pré-fixados de prazo acima de um ano, exibiu variação de -3,44% e -9,10%, mês e ano, respectivamente.

Os títulos indexados à taxa Selic diária mantêm trajetória de valorização, reforçada agora com a sinalização do COPOM (Comitê de Política Monetária) de que o aperto monetário será ainda mais contracionista.

## **PERSPECTIVA**

**ESTADOS UNIDOS** – No final do ano de 2020 o governo estadunidense começou seu processo de vacinação contra a covid-19, processo que ganhou força ao longo do primeiro semestre de 2021, com o país chegando rapidamente ao nível de 50% da população completamente imunizada. A partir desse ponto, começaram as dificuldades para o processo de vacinação do país, devido a resistências à vacina por parte significativa da população. Com o surgimento da variante delta do coronavírus, o menor índice de vacinação começou a apresentar seus efeitos negativos sobre a economia, contribuindo para desaceleração da retomada econômica local a partir do segundo semestre, depois de um primeiro semestre de crescimento acelerado. Além disso, gargalos de oferta, que abrangem a crise energética que o mundo enfrenta atualmente, aliados a um aumento da demanda pós reabertura econômica criaram consideráveis empecilhos para a atividade local, pressionando também o nível de preços da economia. A perspectiva de continuidade desse cenário ao entrar 2022 faz com que o crescimento esperado para esse ano seja menor do que o projetado para 2021. O Federal Reserve, banco central do país, deve começar a retirar alguns estímulos monetários já a partir do final de 2021, com uma redução gradual de seu programa de compra de títulos ao longo do primeiro semestre de 2022, diminuindo também os estímulos monetários à economia local. Em relação à taxa de juros do país, espera-se que ela volte a subir apenas próximo do final do ano ou em 2023, tendo influência mínima sobre a economia local no período.

**ZONA DO EURO** – O continente europeu, um dos locais mais afetados pela pandemia, apresentou recuperação desigual ao longo de 2021, com algumas economias compensando totalmente as quedas observadas em 2020, enquanto outras apresentam apenas recuperação parcial. Embora o processo de vacinação contra a covid-19 tenha sido majoritariamente bem-sucedido nos países europeus, a variante delta e a ômicron continuam a ser uma ameaça ao crescimento econômico, e devem continuar contribuindo para incertezas sobre a economia local até meados de 2022. Com um pouco mais de influência, a crise energética global, que na Europa advém principalmente de escassez de gás natural, também deve ser um empecilho para a economia da zona do euro no ano, assim como a falta de outros insumos que também contribuem para gargalos no setor produtivo da região. A inflação também continuará a ser uma preocupação no continente, em virtude da crise de energia e de reajustes salariais que poderão ocorrer para compensar a alta já registrada no nível de preços local. Dessa forma, é projetado para a região um crescimento econômico menor em 2022 do que o esperado para o ano imediatamente anterior, mas que ainda assim deve levar a economia europeia aos patamares pré pandemia. Em relação a política monetária, o Banco Central Europeu também deve iniciar o processo de redução de seu programa de compra de títulos em 2021, com conclusão em meados do ano seguinte. Já a taxa de juros da zona do euro deve continuar no patamar atual ao longo de todo o período, favorecendo o cenário econômico local.

**CHINA** - A economia chinesa entrará em 2022 com mais dificuldades do que enfrentava no início de 2021, após dar sinais fortes de desaceleração no segundo semestre desse ano. O controle eficiente de novos focos de contágio pelo coronavírus contribuiu para um desempenho mais robusto da economia do país no primeiro semestre de 2021, e deve contribuir para que variantes do patógeno não afetem significativamente o crescimento de 2022. O cenário de crise energética, por outro lado, tem potencial de ser um forte freio para a economia local no ano, dado que ela já afeta a produção do país. A dependência do carvão pela matriz energética chinesa faz com que esse insumo seja o único capaz de manter a produção de energia elétrica da China em níveis que atendam a demanda de maneira satisfatória. Assim, a redução de importações de carvão de outros países e a inundação de minas dentro de seu território elevam o risco de racionamento e apagões temporários em diversas regiões, reduzindo seu crescimento esperado para 2022.

**BRASIL** – A crise institucional entre poderes, com agravamento das tensões políticas ao longo do ano e incertezas sobre o cenário fiscal de 2022 foram os principais motores para um desempenho mais fraco dos mercados tanto de renda fixa quanto de renda variável em 2021 e devem continuar em 2022. Por outro lado, o crescimento esperado para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2021 é superior ao que se antecipava no início do ano, e dados fiscais indicam uma situação mais favorável para as contas públicas no período, fatores que deram certo suporte aos ativos durante o ano, ainda que insuficiente para compensar a deterioração nas expectativas para o ano seguinte. No início de 2021, o processo de vacinação contra a covid-19 começou de forma lenta no Brasil, e o contágio pelo coronavírus seguiu em patamares elevados. A situação começou a mudar a partir de julho, quando a aceleração na imunização da população passou a contribuir para uma considerável redução no número de novos casos da doença, proporcionando um ambiente mais favorável para a economia. Entretanto, essa melhora foi acompanhada de um agravamento da crise hídrica no Brasil, que reduziu fortemente a produção de energia elétrica do país, contribuindo para um menor

otimismo com a retomada da economia brasileira. Ao longo do ano, a atividade econômica apresentou significativa flutuação, mas com tendência geral de melhora. Para 2022, a expectativa é de um desempenho da atividade bastante inferior ao observado em 2021, devido a fatores de risco como a continuidade da crise hídrica, inflação, cenário externo menos favorável e política monetária contracionista, além de outras fontes de incerteza provenientes de um cenário fiscal mais pessimista. É esperado que o PIB do Brasil cresça aproximadamente 4,7% em 2021, mas que seu aumento seja de apenas 0,5% no ano seguinte. A taxa de desemprego, que começou a apresentar leve redução em 2021, deve seguir diminuindo a um ritmo lento em 2022, devido tanto ao desempenho mais fraco da economia, quanto à rigidez própria do mercado de trabalho brasileiro. Ao final do ano de 2022, a expectativa é de que a taxa de desemprego não alcance o patamar observado antes da pandemia, mantendo-se ainda elevada se comparada com aquele nível. Em 2022, novamente um dos principais desafios da economia brasileira virá do ambiente fiscal. Apesar de déficits primários do setor público ao longo de 2021 menores do que se antecipava, algo que proporcionou certo alívio às contas públicas e redução da dívida bruta como percentual do PIB, o cenário fiscal deve continuar estressado em 2022, com a introdução de possíveis mudanças sobre as regras de pagamento dos precatórios, dado o volume muito maior dessas obrigações do que se antecipava para o período, além do estabelecimento do Auxílio Brasil, nova versão do Bolsa Família que terá maior custo aos cofres públicos, e reajuste de despesas obrigatórias a partir de um índice de inflação mais elevado. Todos esses fatores, aliados ao ambiente de eleições federais e estaduais, que geram incentivos para aumentos de gastos pelo governo, e possíveis mudanças também nas regras que regem o teto de gastos, aumentam significativamente as chances de uma deterioração considerável do arcabouço fiscal brasileiro, o que traria grandes problemas para a economia e para os mercados. A inflação é outro ponto que deverá continuar exigindo a atenção dos mercados em 2022. Espera-se que o IPCA termine o ano de 2021 em níveis bastante elevados, registrando alta de 10,18% no acumulado do período. A continuidade da crise hídrica, o estresse fiscal e uma possível inércia inflacionária fazem com que os mercados já projetem inflação acima da meta de 3,5% em 2022, o que provoca reação mais contundente do Banco Central (BC) já em 2021 e pode fazer com que a autoridade monetária continue seu movimento de alta da taxa Selic no início do ano seguinte. O processo de normalização da taxa de juros brasileira começou próximo da metade de 2021, e se acelerou ao longo do segundo semestre, com aumentos subsequentes de 1 ponto percentual na taxa Selic sendo feitos a cada reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) a partir de agosto. Com a visão explicitada pelo BC de que o ritmo corrente do aumento da taxa de juros estava adequado para cumprimento de seus objetivos e considerando uma possível deterioração fiscal ainda em 2021, a expectativa é de que a taxa Selic termine esse ano em pelo menos 9,25%, com novos aumentos podendo ocorrer nas primeiras reuniões de 2022 a depender da progressão da inflação e dos riscos atrelados ao cenário fiscal. O ambiente externo deve ficar menos favorável ao Brasil em 2022, dadas todas as dificuldades que as economias mundiais deverão enfrentar ao longo do período, com destaque para as causadas pela crise energética global. Por outro lado, a manutenção das taxas de juros de países desenvolvidos em patamares próximos de zero pela maior parte do período pode beneficiar os mercados brasileiros, caso não haja maior deterioração no cenário fiscal doméstico. Juntando-se a isso, os fatores internos explicitados anteriormente também devem contribuir para tornar o cenário mais desafiador para os investimentos ao longo de 2022.

#### 4.1 EXPECTATIVAS DE MERCADO

Índices (Mediana Agregado)	2022	2023
IPCA (%)	5,02	3,50
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	5,55	5,40
Meta Taxa Selic (%a.a.)	11,25	8,00
Investimentos Direto no País (US\$ bilhões)	56,80	70,00
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	63,20	65,35
PIB (% do crescimento)	0,51	1,95
Balança comercial (US\$ Bilhões)	63,00	56,50

<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20211126.pdf> (2021.12.03)

## 5 ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão do RPPS devem observar os limites estabelecidos por esta Política de Investimentos e pela Resolução CMN nº 4.963/2021.

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução %		Estratégia de Alocação - PI 2022		
				Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional SELIC	100,00%	100%	0,00%	2,00%	10,00%
	7º I b - FI 100% Títulos TN	100,00%		0,00%	36,00%	100,00%
	7º I c - FI Ref em Índice de RF, 100% TP	100,00%		0,00%	0,00%	0,00%
	7º II - Oper. compromissadas em TP TN	5,00%	5%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º III a – FI Renda Fixa	60,00%	60%	0,00%	24,00%	60,00%
	7º III b - FI de Índices Referenciado RF	60,00%		0,00%	0,00%	0,00%
	7º IV – Ativos de Renda Fixa de emissão de instituições financeiras bancárias	20,00%	20%	0,00%	3,00%	10,00%
	7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior	5,00%	5%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º V b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	5,00%	5%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura	5,00%	5%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Limite de Renda Fixa</b>		<b>100,00%</b>		<b>0,00%</b>	<b>65,00%</b>	<b>100,00%</b>
Renda variável	8º I - FI em Ações	30,00%	30%	0,00%	15,00%	20,00%
	8º II - FI em Índices de Renda Variável	30,00%		0,00%	1,00%	10,00%
	<b>Limite de Renda Variável</b>		<b>30,00%</b>		<b>0,00%</b>	<b>16,00%</b>
Investimentos no Exterior	9º I - Renda Fixa - Dívida Externa	10,00%	10%	0,00%	0,00%	0,00%
	9º II – “Investimento no Exterior”	10,00%		0,00%	0,00%	0,00%
	9º A III - Ações - BDR Nível I	10,00%		0,00%	10,00%	10,00%
	<b>Limite de Investimentos no Exterior</b>		<b>10,00%</b>		<b>0,00%</b>	<b>10,00%</b>
Investimentos Estruturados	10 I – FI Multimercado	10,00%	15%	0,00%	9,00%	10,00%
	10 II – FI em Participações FIP	5,00%		0,00%	0,00%	0,00%
	10 III – FI “Ações – Mercado de Acesso”	5,00%		0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Limite Investimentos Estruturados</b>		<b>15,00%</b>		<b>0,00%</b>	<b>9,00%</b>
Fundos Imobiliários	11 I – FI Imobiliários	5,00%		0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Limite Fundos Imobiliários</b>		<b>5,00%</b>		<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Empréstimos consignados	12 I – Empréstimos consignados	5,00%		0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Limite Fundos Imobiliários</b>		<b>5,00%</b>		<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

## 5.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA

Obedecendo os limites permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021, propõe-se adotar o **limite máximo de 100,00% (cem por cento) dos investimentos.**

Poderão ser adquiridos Títulos Públicos Federais contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, desde que se cumpra cumulativamente as devidas exigências da Portaria MF nº 577, de 27 de dezembro de 2017 sendo elas:

- a) seja observada a sua compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS;
- b) sejam classificados separadamente dos ativos para negociação, ou seja, daqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição;
- c) seja comprovada a intenção e capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento; e
- d) sejam atendidas as normas de atuária e de contabilidade aplicáveis aos RPPS, inclusive no que se refere à obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos títulos adquiridos, ao impacto nos resultados e aos requisitos e procedimentos, na hipótese de alteração da forma de precificação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

## 5.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Em relação ao segmento de renda variável, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** propõe-se adotar o limite máximo de 30,00% (trinta por cento) da totalidade dos investimentos.

## 5.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

No segmento classificado como "investimento no exterior", cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 10% (dez por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente e, portanto, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** propõe-se adotar como limite máximo de 10,00% (dez por cento) da totalidade dos investimentos.

Deverão ser considerados que os fundos de investimentos constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a 12 (doze) meses e que seus gestores estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos e administrem o montante de recursos de terceiros equivalente a US\$ 5 bilhões de dólares na data do investimento.

## 5.4 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Em relação ao segmento de investimentos estruturados, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 15% (quinze por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente e, portanto, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** propõe-se adotar como limite máximo de 10,00% (dez por cento) da totalidade dos investimentos.

São considerados como investimentos estruturados segundo Resolução CMN nº 4.963/2021, os fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e os fundos de investimento em contas de fundos de

investimento (FICFIM), os fundos de investimento em participações - FIPs e os fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso".

## 5.5 FUNDOS IMOBILIÁRIOS

Em relação ao segmento de fundos imobiliários, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 5% (cinco por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente e, portanto, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** propõe-se adotar como limite máximo de 00,00% (zero por cento) da totalidade dos investimentos.

## 5.6 EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

Em relação ao segmento de empréstimos consignados, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 5% (cinco por cento) da totalidade dos recursos e, portanto, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** propõe-se adotar como limite máximo de 00,00% (zero por cento) da totalidade dos investimentos.

## 5.7 LIMITES GERAIS

Nos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários, fica o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV**, sujeito a um limite global de 30% (trinta por cento) da totalidade de suas aplicações.

Os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica serão os mesmos dispostos na Resolução CMN nº 4.963/2021.

No que tange ao limite geral de exposição por fundos de investimentos e em cotas de fundos de investimentos, fica o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** limitado a 20% de exposição, com exceção dada aos fundos de investimentos enquadrados no Art. 7º, inciso "a" da Resolução CMN nº 4.963/2021 ou em compromissadas lastreadas nesses títulos.

O total das aplicações do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do fundo.

O total das aplicações do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** em fundos de investimentos não poderá exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros geridos por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico.

## 6 META DE RENTABILIDADE

Para o exercício de 2022 o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** espera que o retorno de seus investimentos seja de no mínimo IPCA acrescido de uma taxa de juros de 4,94% a.a.

A escolha do IPCA justifica-se devido ao fato de ser o índice oficial de inflação no Brasil e por ter a melhor metodologia de cálculo.

Conforme determina o art. 26 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, a taxa de juros anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS, deverá ter, como limite máximo, o menor percentual dentre os seguintes:

I - do valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS, conforme meta prevista na política anual de investimentos aprovada pelo conselho deliberativo do regime; e

II - da taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

A Portaria SPREV nº 6.132, de 25 de maio de 2021, define a taxa de juros parâmetro a ser utilizada nas avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social relativas ao exercício de 2022, e apresentou a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média em seu Anexo I.

Assim, considerando a duração do passivo de 22,24 anos, a taxa de juros parâmetro, segundo a Portaria nº 6.132/2021, é de 4,94% a.a.

Logo, para definição da taxa de juros real a ser utilizada para composição da meta atuarial, deve-se observar o menor valor entre a taxa de 4,94% e o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS.

Adotamos a taxa de juros real de 4,94%a.a. por ser a taxa parâmetro fixada pela Portaria nº 6.132/2021. Desta forma a meta de rentabilidade a ser perseguida no ano de 2022 é de IPCA+4,94% a.a.

## **7 ESTRUTURA DE GESTÃO**

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 4.963/2021, a aplicação dos investimentos será realizada por gestão própria, por entidade autorizada e credenciada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** será **própria**.

### **7.1 GESTÃO PRÓPRIA**

A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** e os agentes envolvidos diretamente no processo de investimento.

## **8 CONTROLE DE RISCO**

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, e conseqüentemente, fica o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** obrigada a exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos, considerando entre eles:

- **Risco de Mercado** - é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.
- **Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;
- **Risco de Liquidez** - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

## 8.1 CONTROLE DO RISCO DE MERCADO

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV adota o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo:

- Modelo paramétrico;
- Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);
- Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Como parâmetro de monitoramento para controle do risco de mercado dos ativos que compõe a carteira, os membros do Comitê de Investimentos deverão observar as referências abaixo estabelecidas e realizar reavaliação destes ativos sempre que as referências pré-estabelecidas forem ultrapassadas.

- Segmento de Renda Fixa: **3,97%** do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: **23,42%** do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Investimento no Exterior: **23,25%** do valor alocado neste segmento.

Como instrumento adicional de controle, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV deverá monitorar a rentabilidade do fundo em janelas temporais (mês, ano, três meses, seis meses, doze meses e vinte e quatro meses), verificando o alinhamento com o "benchmark" de cada ativo. Desvios significativos deverão ser avaliados pelos membros do Comitê de Investimentos do RPPS, que decidirá pela manutenção, ou não, do investimento.

## 8.2 CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, em fundos de investimento que possuem em sua carteira de investimentos ativos de crédito privado, subordinam-se que estes sejam emitidos por instituições financeiras

bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco do Central ou emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, devidamente operacionais e registradas; e que sejam de baixo risco de crédito em classificação efetuada por agência classificadora de risco, e que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	RATING MÍNIMO
Standard & Poors	BBB+ (perspectiva estável)
Moodys	Baa1 (perspectiva estável)
Fitch Rating	BBB+ (perspectiva estável)

### 8.3 CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ

Na busca pelo casamento do ativo e passivo, o estudo de ALM - Asset Liability Management, entre outros pontos, esclarece de forma pormenorizadamente, a liquidez da carteira de investimentos em honrar os compromissos presentes e futuros e, na busca pela otimização do portfólio de investimentos, buscando visualizar a melhor trajetória para os investimentos no cumprimento da sua meta atuarial e resguarda o melhor resultado financeiro possível também no longo prazo, de acordo com as premissas utilizadas.

Sua obrigatoriedade encontra-se prevista na Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, art. 6º, § 1º; Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, art. 3º, § 4º; Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018, art. 73; Instrução Normativa SPREV/MF nº 2, de 21 de dezembro de 2018, art. 4º e Instrução Normativa SPREV/MF nº 9, de 21 de dezembro de 2018, art. 5º, § 1º ao § 5º.

## 9 POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

As informações contidas na Política de Investimentos e em suas revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

À vista das exigências contidas nos art. 4º e 5º da Resolução CMN nº 4.963/2021, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV**, Diário Oficial do Município ou em local de fácil acesso e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

## 10 PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

Os princípios e critérios de precificação para os ativos e os fundos de investimentos que compõe ou que virão a compor a carteira de investimentos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV**, deverão seguir o critério de precificação de marcação a mercado (MaM).

Poderão ser contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos os Títulos Públicos Federais, desde que se cumpram cumulativamente as devidas exigências da Portaria MF nº 577, de 27 de dezembro de 2017 já descritos anteriormente.

## 10.1 METODOLOGIA

### 10.1.1 MARCAÇÕES

O processo de **marcação a mercado** consiste em atribuir um preço justo a um determinado ativo ou derivativo, seja pelo preço de mercado, caso haja liquidez, ou seja, na ausência desta, pela melhor estimativa que o preço do ativo teria em uma eventual negociação.

O processo de **marcação na curva** consiste na contabilização do valor de compra de um determinado título, acrescido da variação da taxa de juros, desde que a emissão do papel seja carregada até o seu respectivo vencimento. O valor será atualizado diariamente, sem considerar as oscilações de preço auferidas no mercado.

## 10.2 CRITÉRIOS DE PRECIFICAÇÃO

### 10.2.1 TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

São ativos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que representam uma forma de financiar a dívida pública e permitem que os investidores emprestem dinheiro para o governo, recebendo em troca uma determinada rentabilidade. Possuem diversas características como: liquidez diária, baixo custo, baixíssimo risco de crédito, e a solidez de uma instituição enorme por trás.

Como fonte primária de dados, a curva de títulos em reais, gerada a partir da taxa indicativa divulgada pela ANBIMA e a taxa de juros divulgada pelo Banco Central, encontramos o valor do preço unitário do título público.

#### 11.2.1.1 *Marcação a Mercado*

Através do preço unitário divulgado no extrato do custodiante, multiplicado pela quantidade de títulos públicos detidos pelo regime, obtivemos o valor a mercado do título público na carteira de investimentos. Abaixo segue fórmula:

$$Vm = PU_{Atual} * QT_{título}$$

Onde:

$Vm$  = valor de mercado

$PU_{atual}$  = preço unitário atual

$QT_{títulos}$  = quantidade de títulos em posse do regime

#### 11.2.1.2 *Marcação na Curva*

Como a precificação na curva é dada pela apropriação natural de juros até a data de vencimento do título, as fórmulas variam de acordo com o tipo de papel, sendo:

#### **Tesouro IPCA - NTN-B**

O Tesouro IPCA - NTN-B Principal possui fluxo de pagamento simples, ou seja, o investidor faz a aplicação e resgata o valor de face (valor investido somado à rentabilidade) na data de vencimento do título.

É um título pós-fixado cujo rendimento se dá por uma taxa definida mais a variação da taxa do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo em um determinado período.

O Valor Nominal Atualizado é calculado através do VNA na data de compra do título e da projeção do IPCA para a data de liquidação, seguindo a equação:

$$VNA = VNA_{data\ de\ compra} * (1 + IPCA_{projetado})^{1/252}$$

Onde:

$VNA$  = Valor Nominal Atualizado

$VNA_{data\ de\ compra}$  = Valor Nominal Atualizado na data da compra

$IPCA_{projetado}$  = Inflação projetada para o final do exercício

O rendimento da aplicação é recebido pelo investidor ao longo do investimento, por meio do pagamento de juros semestrais e na data de vencimento com resgate do valor de face somado ao último cupom de juros.

#### **Tesouro SELIC - LFT**

O Tesouro SELIC possui fluxo de pagamento simples pós-fixado pela variação da taxa SELIC.

O valor projetado a ser pago pelo título, é o valor na data base, corrigido pela taxa acumulada da SELIC até o dia de compra, mais uma correção da taxa SELIC meta para dia da liquidação do título. Sendo seu cálculo:

$$VNA = VNA_{data\ de\ compra} * (1 + SELIC_{meta})^{1/252}$$

Onde:

$VNA$  = Valor Nominal Atualizado

$VNA_{data\ de\ compra}$  = Valor Nominal Atualizado na data da compra

$SELIC_{meta}$  = Inflação atualizada

#### **Tesouro Prefixado - LTN**

A LTN é um título prefixado, ou seja, sua rentabilidade é definida no momento da compra, que não faz pagamentos semestrais. A rentabilidade é calculada pela diferença entre o preço de compra do título e seu valor nominal no vencimento, R\$ 1.000,00.

A partir da diferença entre o preço de compra e o de venda, é possível determinar a taxa de rendimento. Essa taxa pode ser calculada de duas formas:

$$Taxa\ Efetiva\ no\ Período = \left[ \frac{Valor\ de\ Venda}{Valor\ de\ Compra} - 1 \right] * 100$$

Onde:

$Taxa\ Efetiva\ no\ Período$  = Taxa negociada no momento da compra

*Valor de Venda* = Valor de negociação do Título Público na data final

*Valor de Compra* = Valor de negociação do Título na aquisição

Ou, tendo como base um ano de 252 dias úteis:

$$Taxa Efetiva no Período = \left[ \left( \frac{Valor de Venda}{Valor de Compra} \right)^{\frac{252}{dias \text{ úteis no período}}} - 1 \right] * 100$$

Onde:

*Taxa Efetiva no Período* = Taxa negociada no momento da compra

*Valor de Venda* = Valor de negociação do Título Público na data final

*Valor de Compra* = Valor de negociação do Título na aquisição

#### **Tesouro Prefixado com Juros Semestrais - NTN-F**

Na NTN-F ocorre uma situação semelhante a NTN-B, com pagamentos semestrais de juros só que com a taxa pré-fixada e pagamento do último cupom ocorre no vencimento do título, juntamente com o resgate do valor de face.

A rentabilidade do Tesouro Pré-fixado com Juros Semestrais pode ser calculada segundo a equação:

$$Preço = \sum_{i=1}^n 1.000 * \left[ \frac{(1,10)^{0,5} - 1}{(1 + TIR)^{\frac{DU_n}{252}}} \right] + 1.000 * \left[ \frac{1}{(1 + TIR)^{\frac{DU_n}{252}}} \right]$$

Em que  $DU_n$  é o número de dias úteis do período e TIR é a rentabilidade anual do título.

#### **10.2.2 FUNDOS DE INVESTIMENTOS**

A Instrução CVM 555 dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

O investimento em um fundo de investimento, portanto, confere domínio direto sobre fração ideal do patrimônio dado que cada cotista possui propriedade proporcional dos ativos inerentes à composição de cada fundo, sendo inteiramente responsável pelo ônus ou bônus dessa propriedade.

Através de divulgação pública e oficial, calcula-se o retorno do fundo de investimentos auferindo o rendimento do período, multiplicado pelo valor atual. Abaixo segue fórmula:

$$retorno = (1 + S_{anterior}) * Rend_{fundo}$$

Onde:

Retorno: valor da diferente do montante aportado e o resultado final do período

$S_{anterior}$ : saldo inicial do investimento

*Rend<sub>fundo</sub>* : rendimento do fundo de investimento em um determinado período (em percentual)

Para auferir o valor aportado no fundo de investimento quanto a sua posição em relação a quantidade de cotas, calcula-se:

$$V_{atual} = V_{cota} * Qt_{cotas}$$

Onde:

*V<sub>atual</sub>* : valor atual do investimento

*V<sub>cota</sub>* : valor da cota no dia

*Qt<sub>cotas</sub>* : quantidade de cotas adquiridas mediante aporte no fundo de investimento

Em caso de fundos de investimento imobiliários (FII), onde consta ao menos uma negociação de compra e venda no mercado secundário através de seu *ticker*; esse será calculado através do valor de mercado divulgado no site do BM&FBOVESPA; caso contrário, será calculado a valor de cota, através de divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## **FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES**

Como os procedimentos de marcação a mercado são diários, como norma e sempre que possível, adotam-se preços e cotações das seguintes fontes:

- Títulos Públicos Federais e debentures: Taxas Indicativas da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ([https://www.anbima.com.br/pt\\_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm));
- Cotas de fundos de investimentos: Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br/>);
- Valor Nominal Atualizado: Valor Nominal Atualizado ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ([https://www.anbima.com.br/pt\\_br/informar/valor-nominal-atualizado.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/valor-nominal-atualizado.htm));
- Ações, opções sobre ações líquidas e termo de ações: BM&FBOVESPA ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes.htm)); e
- Certificado de Depósito Bancário - CDB: CETIP (<https://www.cetip.com.br/>).

## **11 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

Como forma de acompanhamento, será admitida a elaboração de relatórios mensais, que contemple no mínimo informações sobre a rentabilidade e os riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV** e a aderência das alocações à política de investimentos.

Deverão fazer parte dos documentos do processo de acompanhamento e avaliação:

- a) Editorial sobre o panorama econômico relativo ao mês anterior;

- b) Relatório Mensal que contém: situação da carteira em relação à composição, rentabilidade, enquadramentos, aderência à Política de Investimentos; análise quantitativa baseada em dados históricos e ilustrada por comparativos gráficos e;
- c) Relatório de Monitoramento Trimestral que contém: a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões.

## **12 PLANO DE CONTINGÊNCIA**

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL – TIJUCAS DO SUL PREV** estabelece que poderá adotar os procedimentos abaixo relacionados, visando readequar a carteira de investimentos à legislação e normas desta Política de Investimentos:

12.1 Descumprimento dos limites e requisitos da legislação vigente ou da Política de Investimentos: Será efetuada a regularização logo após identificação do descumprimento à legislação vigente, com movimentação dos recursos, observado o estabelecido nos itens 5 – Alocação Estratégica de Recursos e 5.6 – Vedações, visando evitar perda de rentabilidade ou exposição desnecessária a qualquer tipo de risco.

12.2 Excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos: Caso os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS percebam a existência de fatores que possam aumentar a exposição do risco de mercado, de crédito e de liquidez, com potencial perda de recursos da carteira, será efetuada uma análise da carteira em reunião com os responsáveis diretos pelos investimentos do RPPS para avaliação do ajuste necessário.

## **13 DISPOSIÇÕES GERAIS**

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2022.

Reuniões extraordinárias junto ao Comitê de Investimentos e posteriormente com Conselho Deliberativo do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - TIJUCAS DO SUL PREV**, serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta Política de Investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

A Política de Investimentos e suas possíveis revisões; a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas permanecerão à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e fiscalização pelo prazo de 10 (dez) anos.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 4.963/2021 e suas alterações, e à Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e também alterações e demais normativas pertinentes aos Regimes Próprios de Previdência Social.

Mariza Letícia Flor de Lima  
Presidente do Conselho de Administração

Eduardo Hoepfers Rodrigues  
Conselheiro titular

Evanilde Maoski Valaski  
Conselheira titular

Janise Maria da Rocha Cezanoski  
Conselheira titular

Maria Vanderleia Cruz  
Conselheira titular

Rosane Fátima Souza  
Conselheira titular

Tiago Vinícius da Silva Alves  
Conselheiro titular

Cassiane da Silva Oliveira dos Santos  
Diretora Executiva e membro do Comitê de  
Investimentos

Gerson de Melo  
Presidente do Comitê de Investimentos

Camila Buhner Camargo  
Membro do Comitê de Investimentos

Gabriel Machado Alves  
Membro do Comitê de Investimentos

Ranolfo Eriches de Lima  
Membro do Comitê de Investimentos